

CEDI

Povos Indígenas no Brasil

Fonte: O Liberal Class.: Mediuna / Mogno
 Data: 16/10/93 Pg.: 156

**Burlada proibição
de exportar mogno**

A organização ambientalista Greenpeace denunciou ontem que a madeireira C&C Indústria e Comércio Ltda, que teve sua licença de exportação suspensa pelo Ibama por praticar exploração ilegal de madeira em áreas protegidas da Amazônia, está conseguindo burlar essa punição e se prepara para realizar vários embarques de mogno em direção à Inglaterra.

O Ibama autouou em flagrante a C&C, junto com a empresa Ferreira Madeiras e Desmatamento, por extarem agindo ilegalmente em áreas protegidas na região de S. Félix do Xingu (Pará). Nessa operação realizada em agosto deste ano, foram apreendidas 5.400 toras de mogno. Ambas as madeireiras, com sede em Belém e Redenção, pertencem ao mesmo proprietário.

Em setembro o Ibama suspendeu a licença da empresa para exportar.

A Greenpeace denuncia que a C&C conseguiu uma liminar na 3ª Vara Federal de Curitiba, que a autoriza a exportar pelo menos 4 mil metros cúbicos de mogno. O DTIC (Departamento Técnico de Intercâmbio Comercial), com base nessa liminar, já conseguiu autorização para 4 embarques de

exportação da madeira. O primeiro deveria realizar-se ontem, no porto de Belém.

Com essa liminar provisória, no entendimento da Greenpeace, a empresa C&C poderá continuar exportando a madeira antes de o mérito da questão ser julgado. Pelos cálculos da Greenpeace podem ser exportadas até 4 mil metros cúbicos de mogno.

O governo enviou ontem ao Senado mensagem pedindo autorização para que a Companhia Vale do Rio Doce receba um empréstimo de até US\$ 200 milhões do Eximbank do Japão (Export-Import Bank of Japan). Os recursos serão aplicados na duplicação da produção da celulose nipobrasileira, empresa vinculada à Vale do Rio Doce.

Empréstimo

Pelo pedido de autorização para liberação de crédito enviado ao Senado, a amortização do principal da dívida será feita em 14 parcelas semestrais, quatro anos contados a partir de cada desembolso. A Secretaria do Tesouro Nacional e a procuradoria-geral da Fazenda Nacional apresentaram pareceres favoráveis ao financiamento e consideram que o contrato está de acordo com as exigências legais.